

# INVESTCO S.A.

CNPJ/MF nº 00.644.907/0001-93  
Companhia Aberta

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Apresentamos as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2004, e os principais fatos que marcaram a evolução do empreendimento.

Nosso objetivo é a construção e a exploração da usina Luis Eduardo Magalhães (UHE Lajeado), localizada no Rio Tocantins, no Estado do Tocantins e do Sistema de Transmissão Associado.

A usina tem cinco turbinas, cada uma com a potência de 180,5 MW, sendo a potência total instalada de 902,5 MW, atingiu a condição de operação plena em novembro de 2002, e estão sendo cumpridas as metas em consonância com as orientações do Operador Nacional do Sistema-ONS.

A construção foi iniciada no final do primeiro semestre de 1998, e o montante investido até 31 de dezembro de 2004 foi de R\$ 1.464.224 mil, sendo R\$ 28.194 mil neste exercício. Desse total investido, 47% é proveniente de recursos dos acionistas e 53% de recursos de terceiros.

As fontes de financiamentos de recursos são:

- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, através do montante de R\$ 300.000 mil, sendo R\$ 180.000 mil financiados diretamente e R\$ 120.000 mil através de repasse dos seguintes agentes financeiros: Banco Itaú S.A. (líder), Banco Bradesco S.A., Banco BBA Creditanstalt S.A. e Banco ABC Brasil S.A..

- Banco da Amazônia S.A. - Basa, através do montante de R\$ 94.300 mil.

- Banco Fibra S.A., através do montante de R\$ 15.000 mil.

- A 1ª emissão de Debêntures não conversíveis em ações, no montante de R\$ 250.000 mil.

- Emissão de Debêntures conversíveis em ações, no montante de R\$ 82.300 mil.

- Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, que participa como acionista de ações preferenciais nominativas classe "A" no valor de R\$ 20.035 mil.

- Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, que participa no empreendimento como acionista de ações preferenciais resgatáveis classe "R" no valor de R\$ 274.468 mil, totalmente integralizado, o qual inclui R\$ 12.468 mil que foram destinados a reserva de ágio na subscrição de ações.

Além dos recursos citados, ressaltamos a contribuição dos acionistas, que capitalizaram a empresa, com o valor de R\$ 475.309 mil.

O resultado do serviço, ou seja, antes do resultado financeiro foi positivo em R\$ 140.604 mil, tendo como destaque a receita operacional obtida com o arrendamento do ativo, às empresas acionistas detentoras da concessão compartilhada no valor de R\$ 219.169 mil.

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 132.581 mil, em virtude dos encargos incorridos com empréstimos e financiamentos e debêntures.

O resultado não operacional foi positivo em R\$ 113 mil.

Como consequência, a Investco apresentou no exercício um lucro de R\$ 7.192 mil, após a dedução dos tributos.

O Conselho de Administração aprovou o pagamento aos acionistas preferenciais o valor bruto de R\$ 4.536 mil a título de juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo previsto no Estatuto.

Os serviços executados pelos auditores independentes ao longo deste exercício social referem-se somente à auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

A empresa está se dedicando à otimização contínua das condições operacionais da Usina e à seqüência das atividades relacionadas com o meio ambiente, conforme estabelecido em comum acordo com os órgãos ambientais.

Agradecemos nesta oportunidade aos senhores acionistas, aos nossos fornecedores, a dedicação de todos os funcionários, e o apoio de todos os órgãos governamentais.

### A DIRETORIA

### BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	2004	2003	PASSIVO	2004	2003
<b>CIRCULANTE</b>			<b>CIRCULANTE</b>		
Disponibilidades.....	4.337	313	Fornecedores.....	12.524	12.033
Aplicações financeiras.....	6.454	31.853	Empréstimos e financiamentos.....	64.982	61.241
Concessionárias - suprimento.....	432	391	Debêntures.....	40.457	40.411
Rendas a receber - arrendamento.....	28.353	-	Impostos a recolher.....	6.782	800
Impostos a recuperar - imposto de renda.....	775	1.154	Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	1.526	1.865
Despesas pagas antecipadamente.....	464	1.069	Credor - aquisição de imobilizado.....	5.700	5.557
Outros créditos.....	1.065	205	Provisão para contingências.....	7.313	-
<b>Total do ativo circulante.....</b>	<b>41.880</b>	<b>34.985</b>	Juros sobre o capital próprio.....	3.915	-
			Adiantamentos dos arrendatários.....	-	6.732
			Outros.....	1.280	1.005
			<b>Total do passivo circulante.....</b>	<b>144.479</b>	<b>129.644</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>			<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>		
Créditos com partes relacionadas.....	-	572	Fornecedores.....	-	4.449
Despesas pagas antecipadamente.....	6.895	7.854	Empréstimos e financiamentos.....	359.061	394.530
<b>Total do ativo realizável a longo prazo.....</b>	<b>6.895</b>	<b>8.426</b>	Debêntures.....	289.467	310.023
			Credor - aquisição de imobilizado.....	107	5.371
			Outros.....	-	102
			<b>Total do passivo exigível a longo prazo.....</b>	<b>648.635</b>	<b>714.475</b>
<b>PERMANENTE</b>			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RECURSOS DESTINADOS PARA AUMENTO DE CAPITAL</b>		
Imobilizado.....	1.464.224	1.468.967	Capital social subscrito e integralizado.....	745.840	665.644
<b>Total do ativo permanente.....</b>	<b>1.464.224</b>	<b>1.468.967</b>	Reserva de capital - ágio na emissão de ações.....	14.473	14.473
			Prejuízos acumulados.....	(49.927)	(52.583)
			<b>Total do patrimônio líquido.....</b>	<b>710.386</b>	<b>627.534</b>
			Recursos destinados para aumento de capital.....	9.499	40.725
			<b>Total do patrimônio líquido e dos recursos destinados para aumento de capital.....</b>	<b>719.885</b>	<b>668.259</b>
<b>TOTAL DO ATIVO.....</b>	<b>1.512.999</b>	<b>1.512.378</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO.....</b>	<b>1.512.999</b>	<b>1.512.378</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# INVESTCO S.A.

CNPJ/MF nº 00.644.907/0001-93  
Companhia Aberta

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro (prejuízo) por ação)			DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)		
	2004	2003		2004	2003
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>			<b>ORIGENS DE RECURSOS</b>		
Suprimento de energia elétrica .....	3.647	3.044	<b>Das operações:</b>		
Arrendamentos .....	219.169	199.466	Lucro líquido (prejuízo) do exercício .....	7.192	(9.205)
Total da receita operacional .....	<u>222.816</u>	<u>202.510</u>	Despesas que não afetam o capital circulante:		
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b>			Depreciação .....	32.902	31.138
(-) Tributos sobre a receita (PIS e Cofins) .....	(20.303)	(6.275)	Encargos financeiros de longo prazo - líquidos .....	132.307	132.502
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b> .....	<u>202.513</u>	<u>196.235</u>	Baixa e alienação do ativo imobilizado .....	35	9
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			Total oriundo das operações sociais .....	<u>172.436</u>	<u>154.444</u>
Pessoal .....	(5.730)	(4.652)	<b>Dos acionistas:</b>		
Material .....	(822)	(1.200)	Recursos destinados para aumento de capital .....	48.970	42.163
Serviços de terceiros .....	(5.430)	(5.798)	<b>De terceiros:</b>		
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos .....	(11.835)	(11.855)	Debêntures .....	-	82.300
Taxa de fiscalização .....	(1.285)	(1.343)	Aumento do exigível a longo prazo - fornecedores e credores .....	457	13.344
Encargos de uso da rede elétrica .....	(761)	(647)	Transferência de valores do realizável a longo prazo para o circulante .....	1.573	1.529
Energia elétrica comprada para revenda .....	(93)	(55)	Total oriundo de terceiros .....	<u>2.030</u>	<u>97.173</u>
Arrendamentos e aluguéis .....	(594)	(521)	<b>Total das origens de recursos</b> .....	<u>223.436</u>	<u>293.780</u>
Depreciação e amortização .....	(31.342)	(31.138)	<b>APLICAÇÕES DE RECURSOS</b>		
Seguros .....	(3.197)	(3.953)	Aumento do realizável a longo prazo .....	42	5.853
Tributos .....	(69)	(67)	Aquisições do imobilizado .....	28.194	79.020
Doações, contribuições e subvenções .....	(1)	-	Juros sobre o capital próprio .....	4.536	-
Outras .....	(750)	(487)	Transferência para o passivo circulante de valores a longo prazo de empréstimos, financiamentos e debêntures .....	188.332	181.920
Total das despesas operacionais .....	<u>(61.909)</u>	<u>(61.716)</u>	Transferência para o passivo circulante de valores a longo prazo de fornecedores, credores e impostos .....	10.272	3.524
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b> .....	<u>140.604</u>	<u>134.519</u>	<b>Total das aplicações de recursos</b> .....	<u>231.376</u>	<u>270.317</u>
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>			<b>AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b> ...	<u>(7.940)</u>	<u>23.463</u>
Despesa financeira .....	(135.492)	(145.832)	<b>DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b>		
Receita financeira .....	2.911	2.156	<b>Ativo circulante:</b>		
Total do resultado financeiro .....	<u>(132.581)</u>	<u>(143.676)</u>	No início do exercício .....	34.985	26.809
<b>JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO</b> .....	<u>(4.536)</u>	<u>-</u>	No fim do exercício .....	41.880	34.985
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b> .....	<u>3.487</u>	<u>(9.157)</u>	Aumento .....	6.895	8.176
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b> .....	<u>113</u>	<u>(48)</u>	<b>Passivo circulante:</b>		
<b>LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO ANTES DOS TRIBUTOS</b> ..	<u>3.600</u>	<u>(9.205)</u>	No início do exercício .....	129.644	144.931
<b>TRIBUTOS</b>			No fim do exercício .....	144.479	129.644
Contribuição social .....	(256)	-	Aumento (diminuição) .....	14.835	(15.287)
Imposto de renda .....	(688)	-	<b>AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b> ...	<u>(7.940)</u>	<u>23.463</u>
Total dos tributos .....	(944)	-			
<b>LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO</b> .....	<u>2.656</u>	<u>(9.205)</u>			
<b>REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO</b> .....	<u>4.536</u>	<u>-</u>			
<b>LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b> .....	<u>7.192</u>	<u>(9.205)</u>			
<b>LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO - R\$</b> .....	<u>0,01</u>	<u>(0,02)</u>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (\*) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital social			Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Recursos destinados para aumento de capital		
	Subscrito	A integralizar	Subscrito e integralizado	Ágio na emissão de ações			Total	de capital	Total
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002</b> .....	<b>643.706</b>	-	<b>643.706</b>	<b>14.473</b>	<b>(43.378)</b>	<b>614.801</b>	<b>20.500</b>	<b>635.301</b>	
Adiantamento para aumento de capital .....	-	-	-	-	-	-	42.163	42.163	
Ata da AGO/E - aumento de capital .....	21.938	-	21.938	-	-	21.938	(21.938)	-	
Prejuízo do exercício .....	-	-	-	-	(9.205)	(9.205)	-	(9.205)	
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003</b> .....	<b>665.644</b>	-	<b>665.644</b>	<b>14.473</b>	<b>(52.583)</b>	<b>627.534</b>	<b>40.725</b>	<b>668.259</b>	
Adiantamento para aumento de capital .....	-	-	-	-	-	-	48.970	48.970	
Ata da AGO/E - aumento de capital .....	80.196	-	80.196	-	-	80.196	(80.196)	-	
Lucro do exercício .....	-	-	-	-	7.192	7.192	-	7.192	
Juros sobre o capital próprio .....	-	-	-	-	(4.536)	(4.536)	-	(4.536)	
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004</b> .....	<b>745.840</b>	-	<b>745.840</b>	<b>14.473</b>	<b>(49.927)</b>	<b>710.386</b>	<b>9.499</b>	<b>719.885</b>	

(\*) Incluem a movimentação dos recursos destinados para aumento de capital.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# INVESTCO S.A.

**CNPJ/MF nº 00.644.907/0001-93**  
**Companhia Aberta**

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quantidade de ações e valor patrimonial da ação)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Investco S.A. ("Companhia" ou "Investco") é uma sociedade de capital aberto e que tem como objeto principal estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especificamente através da construção e exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (UHE Lajeado), localizada nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, e do Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

O início das operações comerciais da UHE Lajeado ocorreu em dezembro de 2001 com a entrada em operação da 1ª turbina, tendo a usina atingido a condição de operação plena em novembro de 2002. A usina tem cinco turbinas, cada uma com a potência de geração de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW.

A energia elétrica produzida nessa usina é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do contrato de concessão, pelos concessionários integrantes do consórcio dessa usina, a saber: CEB Lajeado S.A. - CEBLajeado, EDP Lajeado Energia S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e Rede Lajeado Energia S.A.

O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997. Como retribuição pela outorga da concessão da usina, deverão ser pagas à União Federal no prazo de 29 anos, a partir de 2004, parcelas mensais equivalentes a 1/12 dos respectivos valores do pagamento anual, definidos no contrato de concessão, cujo montante global, em 16 de dezembro de 1997, é de R\$ 31.390 (saldo atualizado para 31 de dezembro de 2004 - R\$ 61.037), o qual é anualmente ajustado tomando como base a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M. Os valores pagos até 31 de dezembro de 2004 no montante de R\$ 2.546 foram contabilizados no resultado, como despesa. Nos próximos 12 meses deverá ser pago o valor de R\$ 2.979 (nota explicativa nº 11).

Em 28 de dezembro de 1998, o projeto de construção da UHE Lajeado foi aprovado pela extinta Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, conforme Resolução do Conselho Deliberativo da Sudam nº 9.019, de 28 de dezembro de 1998, para receber recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam, no montante de R\$ 569.250, do qual foi liberada a quantia de R\$ 20.035. Esses valores não são atualizados monetariamente.

Em outubro de 2003, conforme mencionado na nota explicativa nº 10.2., o Ministério da Integração Nacional aprovou a liberação do montante de R\$ 82.300 proveniente de recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM.

De acordo com o Relatório de Acompanhamento nº 059, de 17 de dezembro de 2002, da Inventariança Extrajudicial da extinta Sudam, não há nenhum fato que obste a liberação de recursos ou que possa caracterizar a irregularidade do projeto.

A Companhia mantém atualmente um quadro próprio de 98 funcionários (\*).

(\* Não passível de auditoria).

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, principalmente em relação à estruturação das contas contábeis e forma de registro dos eventos, visando à uniformização das práticas com outras empresas do setor, a seguir descritas:

**Aplicações financeiras** - Estão registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem ao seu valor de mercado.

**Rendas a receber - arrendamento** - Incluem os valores de arrendamento dos ativos, contabilizados de acordo com o regime de competência.

**Despesas pagas antecipadamente - longo prazo** - Referem-se a despesas financeiras incorridas pela Companhia na colocação de debêntures, sendo amortizadas de acordo com o prazo de vencimento dessas debêntures.

**Imobilizado** - Está registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação está calculada pelo método linear com base nas taxas médias anuais mencionadas na nota explicativa nº 6, calculadas com base nas Unidades de Cadastro - UC que compõem o empreendimento, de acordo com a Resolução nº 002, de 24 de dezembro de 1997, alterada pela Resolução nº 044, de 17 de março de 1999, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

**Empréstimos, financiamentos e debêntures** - Estão atualizados pela variação monetária, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato e de acordo com as características de emissão de debêntures. Esses ajustes são apropriados ao resultado do exercício em despesas financeiras.

**Fornecedores** - Os passivos com os fornecedores sujeitos a reajustes de variação monetária por força contratual ou dispositivo legais estão atualizados até a data do balanço.

**Provisão para contingências** - são constituídas com base na avaliação de risco de perda sobre as ações em andamento, embasadas em relatórios preparados pelos consultores jurídicos da Companhia.

**Contribuição social e imposto de renda** - a provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base no lucro tributável e na base de cálculo da contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes na data do balanço. Para fins de determinação da exigibilidade é considerada a absorção de prejuízos fiscais e contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. A Companhia não registra impostos e contribuições diferidos sobre créditos fiscais enquanto suas operações não apresentarem perspectivas concretas de níveis de rentabilidade.

**Resultado do exercício** - As receitas e despesas estão registradas de acordo com o regime de competência. A atividade de geração representa 100% das operações da Companhia.

### 3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras da Companhia estão assim distribuídas:

Agente financeiro	Tipo de aplicação	2004	2003
Banco da Amazônia S.A. ....	CDB	1.107	15.936
Bic Banco S.A. ....	CDB	2.224	4.343
Banco ABC Brasil S.A. ....	CDB	1.011	2.732
Banco Safra S.A. ....	Renda fixa	1.094	-
Banco Industrial do Brasil S.A. .	CDB	1.011	-
Banco Bradesco S.A. ....	CDB	7	16
Banco Fibra S.A. ....	CDB	-	3.057
Santos Corretora.....	Fundos	-	2.712
Banco Mercantil do Brasil S.A. .	CDB	-	3.057
<b>Total</b> .....		<b>6.454</b>	<b>31.853</b>

### 4. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

Transações:	2004	2003
Receitas financeiras .....	43	92

#### Saldos:

Realizável a longo prazo -		
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. ....	-	572

As operações foram realizadas conforme instrumento particular firmado (contrato de mútuo) entre as empresas. Sobre esse saldo incidiram juros de 4% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. A liquidação da operação ocorreu em 16 de julho de 2004 no valor de R\$ 615.

### 5. RENDAS A RECEBER - ARRENDAMENTO

Através de instrumento particular de 21 de julho de 2001, a Companhia arrendou às empresas detentoras da concessão compartilhada, a Rede Lajeado Energia S.A., a EDP Lajeado Energia S.A., a CEB Lajeado S.A. - CEBLajeado e a Paulista Lajeado Energia S.A., frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos por ela, no mesmo percentual de suas participações na concessão.

O prazo de vigência é de 12 anos, podendo ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, e, a título de remuneração desse arrendamento, as arrendatárias pagam mensalmente um valor variável apurado por meio da aplicação de fórmula matemática, que tem como objetivo a cobertura das amortizações e dos encargos financeiros dos empréstimos obtidos pela Companhia, assim como das despesas operacionais.

As arrendatárias, em garantia ao integral cumprimento de todas as suas obrigações decorrentes do contrato de arrendamento, concederam à Companhia os seguintes direitos:

a) Os direitos emergentes da concessão.

b) Os direitos decorrentes dos contratos de compra e venda de energia e parte das receitas decorrentes da comercialização da energia gerada pela usina.

Os montantes registrados em rendas a receber (ativo), adiantamento dos arrendatários (passivo) e receitas (resultado) estão assim representados:

	Ativo rendas a receber	Passivo adiantamento dos arrendatários	Receita	
			2004	2003
CEB Lajeado.....	9.601	146	43.833	39.894
EDP Lajeado.....	5.272	2.276	60.602	55.153
Paulista Lajeado .....	1.334	576	15.343	13.964
Rede Lajeado.....	12.146	3.734	99.391	90.455
<b>Total</b> .....	<b>28.353</b>	<b>6.732</b>	<b>219.169</b>	<b>199.466</b>

### 6. IMOBILIZADO

	Taxas médias anuais de depreciação (%)	2004	2003
<b>Imobilizado em serviço:</b>			
Geração .....	2,19	1.477.405	1.452.467
Transmissão.....	2,80	43.468	32.604
Subtotal.....		1.520.873	1.485.071
(-) Depreciação acumulada.....		(92.401)	(59.548)
<b>Total do imobilizado em serviço</b> .....		<b>1.428.472</b>	<b>1.425.523</b>
Imobilizado em curso.....		35.752	43.444
<b>Total do imobilizado</b> .....		<b>1.464.224</b>	<b>1.468.967</b>

### 7. FORNECEDORES

O saldo de fornecedores da Companhia está assim demonstrado:

	Circulante		Longo prazo	
	2004	2003	2004	2003
Voith Siemens Hydropower Generation Ltda.	11.444	7.394	-	4.313
Outros	1.080	4.639	-	136
<b>Total</b>	<b>12.524</b>	<b>12.033</b>	-	<b>4.449</b>

### 8. CREDOR - AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO

	2004	2003
Circulante .....	5.700	5.557
Longo prazo .....	107	5.371
<b>Total</b> .....	<b>5.807</b>	<b>10.928</b>

# INVESTCO S.A.

CNPJ/MF nº 00.644.907/0001-93  
Companhia Aberta

Refere-se à compra de lotes de propriedade da Prefeitura de Palmas no valor total de R\$ 15.954. Essa aquisição está sendo paga em 36 parcelas, sendo estas corrigidas anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, com vencimento no último dia útil de cada mês a partir de janeiro de 2003. Não há incidência de juros sobre essa operação.

Em 16 e 21 de dezembro de 2004, foram firmadas, respectivamente, as escrituras de cessão de crédito e de retificação e ratificação, pelas quais o Município de Palmas transferiu os créditos com a Investco no valor de R\$ 4.783 em favor da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS. Esse crédito está sendo pago em 14 parcelas mensais fixas, com vencimento da primeira parcela em 21 de dezembro de 2004. Em 2004 foi pago o montante de R\$ 5.886 (R\$ 5.026 em 2003).

## 9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

### a) Estão representados como segue:

	Circulante		Longo prazo	
	2004	2003	2004	2003
<b>Moeda nacional:</b>				
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES .....	28.592	25.283	276.003	292.623
Banco da Amazônia S.A. - Basa .....	19.490	18.898	83.058	101.907
Banco Fibra S.A. ....	16.900	17.060	-	-
<b>Total .....</b>	<b>64.982</b>	<b>61.241</b>	<b>359.061</b>	<b>394.530</b>

### b) As parcelas a longo prazo têm os seguintes vencimentos:

	2004	2003
2005 .....	-	56.470
2006 .....	59.559	56.470
2007 .....	59.559	56.470
2008 .....	59.559	56.470
2009 .....	57.643	54.557
2010 .....	48.047	44.972
2011 .....	41.031	37.990
2012 .....	33.663	31.131
<b>Total .....</b>	<b>359.061</b>	<b>394.530</b>

### c) Finalidade, encargos financeiros e garantias concedidas:

#### BNDES

Em 3 de março de 2000, foi firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES um contrato de empréstimo-ponte para implantação da usina no valor de R\$ 100.000, liberado durante o exercício de 2000, com vencimento para 15 de março de 2001. A taxa de juros é de 5% ao ano. Esse empréstimo-ponte foi liquidado antecipadamente com o empréstimo obtido do BNDES, em 21 de setembro de 2000, conforme descrito no parágrafo seguinte.

Em 21 de setembro de 2000, foi firmado com o BNDES um outro contrato de financiamento no valor de R\$ 181.986, dividido em dois subcréditos; do subcrédito "A" foi liberado o valor de R\$ 78.033 (saldo atualizado para 31 de dezembro de 2004 - R\$ 77.343), o qual foi destinado à aquisição de equipamentos nacionais; e o subcrédito "B", no valor de R\$ 103.953 (saldo atualizado para 31 de dezembro de 2004 - R\$ 105.430), destinado à execução de obras e serviços na usina, foi utilizado na quitação do empréstimo-ponte mencionado acima. A taxa de juros é de 4% ao ano acima da TJLP, exigíveis trimestralmente no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre 15 de outubro de 2000 e 15 de outubro de 2002, e mensalmente a partir do dia 15 de novembro de 2002. O principal está sendo amortizado em 120 prestações mensais e sucessivas, calculadas de acordo com o Sistema de Amortização Crescente (Tabela Price), a partir de 15 de novembro de 2002.

Ainda em 21 de setembro de 2000, foi firmado um outro contrato de empréstimo com o BNDES e Bancos Agentes no valor de R\$ 120.000, com prazo de carência de 24 meses, que vem sendo amortizado em 120 prestações mensais e sucessivas, a partir de 15 de novembro de 2002, do qual foram liberadas durante os exercícios de 2000 e de 2001 as quantias de R\$ 90.238 e de R\$ 30.323 (saldo atualizado para 31 de dezembro de 2004 - R\$ 121.822). A taxa de juros é de 4% ao ano acima da TJLP, exigíveis trimestralmente durante o prazo de carência e mensalmente durante o período de amortização, com as prestações do principal.

Em garantia a esses empréstimos foram dadas em caução parte das ações ordinárias de emissão da Investco S.A., nota promissória e cessão de direitos de contratos.

#### Basa

Em 30 de setembro de 1999, foi firmado contrato de financiamento com o Basa, no valor de R\$ 50.000 (saldo atualizado para 31 de dezembro de 2004 - R\$ 55.742) para a construção da usina, o qual está sendo amortizado em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 10 de novembro de 2003 e a última em 10 de outubro de 2009. Os encargos financeiros são de 14% ao ano, exigíveis mensalmente, e no período de carência será exigido apenas o valor correspondente a 50% desses encargos, e os 50% restantes serão capitalizados e incorporados ao saldo devedor, para pagamento com as parcelas de amortização do principal.

Como garantia desse empréstimo foram dadas em caução receitas de empresas controladas pela Caiuá - Serviços de Eletricidade S.A. (controladora da Rede Lajeado Energia S.A.) e a alienação fiduciária de máquinas e equipamentos.

Em 28 de dezembro de 2000, a Companhia firmou outro contrato de financiamento com o Basa, no valor de R\$ 44.300 (saldo atualizado para 31 de dezembro de 2004 - R\$ 46.806). O prazo de amortização desse contrato é de 84 meses, incluídos 36 meses de carência. A primeira parcela do principal venceu em 10 de fevereiro de 2004 e a última prestação tem vencimento em 10 de janeiro de 2011. Os encargos financeiros são de 14% ao ano, exigíveis mensalmente, e no período de carência será exigido apenas o valor correspondente a 50% desses encargos, e os 50% restantes serão capitalizados e incorporados ao saldo devedor, para pagamento com as parcelas de amortização do principal.

Em garantia a esse empréstimo foram dadas em caução receitas e hipoteca de três pequenas centrais hidrelétricas - PCH, de propriedade de empresas controladas pela Caiuá - Serviços de Eletricidade S.A..

## 10. DEBÊNTURES

### 10.1. Debêntures - não conversíveis

Em fevereiro de 2002, foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM a primeira emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, com 25.000 debêntures no valor nominal unitário de R\$ 10.000,00, com prazo de vencimento de 120 meses a partir da data de emissão (1ª de novembro de 2001). Essas debêntures têm o seu valor nominal atualizado a partir da data de emissão, pelo IGP-M, e fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios prefixados à taxa de 12,80% ao ano, incidentes sobre o saldo não amortizado do valor nominal unitário atualizado. Essas debêntures possuem fiança conjunta e solidária da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. e da EDP - Electricidade de Portugal. A liquidação financeira ocorreu em 1ª de março de 2002, pelo valor de R\$ 264.791.

Em 16 de dezembro de 2002, foi elaborado o 3º Aditivo à Escritura dessas debêntures que foi registrada em 13 de fevereiro de 2003 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palmas - TO, o qual cita no item 2 que conforme Assembléia Geral de Debenturistas, realizada em 23 de outubro de 2002, a totalidade dos debenturistas aprovou a alteração do item 4.5.1 da Cláusula IV da Escritura e a inclusão do subitem 4.5.2.1 na Cláusula IV da Escritura. Como consequência dessas alterações, a atualização devida em 1ª de novembro de 2002 foi capitalizada ao valor nominal das debêntures e será paga com a amortização programada no período de 1ª de novembro de 2003 a 1ª de novembro de 2011, a 11,11% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2004, o saldo contábil atualizado é de R\$ 234.357, sendo R\$ 40.457 no passivo circulante e R\$ 193.900 no exigível a longo prazo.

Esses recursos foram destinados a investimentos em ativos fixos e capital de giro para conclusão da UHE Luís Eduardo Magalhães (Lajeado).

Em 1ª de novembro de 2004, foi pago o montante de R\$ 100.782, referente a atualização, juros remuneratórios e amortização do principal. Os recursos necessários para esse pagamento foram provenientes das disponibilidades em 30 de setembro de 2004, acrescidas a elas as parcelas de arrendamento (vide nota explicativa nº 5) e de aportes de recursos destinados a aumento de capital.

### 10.2. Debêntures conversíveis em ações - recursos do FINAM

Os Ofícios nº 657/MI, de 21 de agosto de 2003, e nº 725/SE/MI, de 22 de outubro de 2003, do Ministério da Integração Nacional autorizaram o Banco da Amazônia a subscrever e liberar recursos do FINAM, em favor da Companhia, oriundos do ano-calendário 2000, devendo a aplicação ser processada sob a forma de debêntures conversíveis em ações, como prevê o artigo 5º da Lei nº 8.167/91, no valor de R\$ 82.300. O Boletim de Subscrição dessas debêntures foi assinado em 6 de novembro de 2003 e a liberação desses recursos foi em 14 de novembro de 2003.

Em 16 de outubro de 2003, através do Ofício SFF/ANEEL nº 1.684/03, a ANEEL aprovou a emissão dessas debêntures.

Em 27 de outubro de 2003, foi celebrada a Escritura de Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações e em 5 de novembro de 2003 foi registrada na Junta Comercial do Estado do Tocantins - JUCETINS - sob nº 17461076. Essa emissão, aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária de 27 de outubro de 2003, corresponde a 82.300.000 debêntures conversíveis em ações preferenciais classe "C", no valor nominal unitário de R\$ 1,00, com prazo de vencimento de oito anos, que inclui o período de carência de cinco anos. Essas debêntures farão jus à remuneração pela TJLP com encargos adicionais de 4% ao ano, pagáveis anualmente e calculados sobre os saldos devedores diários, a partir da data da liberação dos recursos.

As debêntures terão garantia fluante e garantia adicional pela fiança solidária prestada pelos acionistas controladores da emissora.

A conversão em ações dar-se-á no prazo de um ano a contar da data de emissão do Certificado de Empreendimento Implantado - CEI, vedada a colocação secundária das debêntures.

As ações preferenciais classe "C" deverão ser subscritas e integralizadas exclusivamente com recursos do FINAM.

Essas ações preferenciais classe "C", inconversíveis em ações ordinárias, não terão direito a voto e farão jus ao recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua contribuição no capital social e de dividendos suplementares caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que a nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores.

Em 31 de dezembro de 2004, o saldo contábil atualizado é de R\$ 95.567 e está registrado no exigível a longo prazo.

## 11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATO DE CONCESSÃO

No que tange à concessão de uso do bem público (concessão onerosa), outorgado pela União, através do contrato nº 05/97, caso a operação fosse considerada como uma aquisição financiada seria registrada como ativo permanente imobilizado intangível, tendo como contrapartida passivo exigível de curto e longo prazos. Informamos a seguir os efeitos em 31 de dezembro de 2004 (valores nominais):

Ativo	Passivo	Encargos
31.390	61.037	29.647

Em 31 de dezembro de 2004 o valor total de R\$ 61.037 está assim distribuído: R\$ 2.980 no passivo circulante e R\$ 58.057 no exigível a longo prazo.

O valor do ativo corresponde ao valor integral da operação descrito no contrato de concessão, sendo o valor do passivo o valor anteriormente citado atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 2004 de R\$ 61.037, líquido das amortizações ocorridas no exercício de 2004 no montante de R\$ 2.546. Os encargos correspondem à diferença entre esses valores. Não há incidência de juros sobre o valor da obrigação. As condições de pagamento dessa obrigação estão descritas na nota explicativa nº 1.

## 12. CAPITAL SOCIAL

O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 1.138.500, com emissão de até 302.705 mil ações ordinárias, 569.250 mil ações preferenciais classe "A" e 42.691 mil ações preferenciais classe "B".

# INVESTCO S.A.

**CNPJ/MF nº 00.644.907/0001-93**  
**Companhia Aberta**

Em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, o capital social subscrito e integralizado está representado por ações nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

	2004	2003
<b>Espécie/classe:</b>		
Ordinárias (ON).....	359.945	287.696
<b>Preferenciais:</b>		
Classe "R" (PNR).....	234.452	234.452
Classe "A" (PNA).....	16.289	16.289
Classe "B" (PNB).....	5.156	5.156
<b>Total</b> .....	<b>615.842</b>	<b>543.593</b>
Valor patrimonial por lote de mil ações - R\$.....	1.153,52	1.154,42

As ações preferenciais classe "A" são obrigatoriamente integralizadas com recursos do FINAM.

As ações preferenciais, inconversíveis em ações ordinárias, não terão direito a voto e gozarão das seguintes vantagens a partir da operação comercial da usina em sua potência plena, conforme disposto no artigo 7º do estatuto social: **(a)** as ações preferenciais classe "R" farão jus ao recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% sobre o valor da contribuição no capital social; **(b)** as ações preferenciais classe "A" farão jus ao recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva contribuição no capital social e de dividendos suplementares caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que a nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores; e **(c)** as ações preferenciais classe "B" farão jus ao recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor da respectiva contribuição no capital social.

Composição do capital social subscrito por acionista:

Acionistas	ON		PNR		PNA		PNB		Total	
		%		%		%		%		%
CEB Lajeado S.A. - CEBLajeado.....	71.989	20,00	-	-	-	-	-	-	71.989	11,69
EDP Lajeado Energia S.A.....	99.529	27,65	-	-	-	-	-	-	99.529	16,16
Paulista Lajeado Energia S.A.....	25.196	7,00	-	-	-	-	-	-	25.196	4,09
Rede Lajeado Energia S.A.....	163.231	45,35	-	-	-	-	-	-	163.231	26,51
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás.....	-	-	234.452	100,00	-	-	-	-	234.452	38,07
Fundos de Investimentos da Amazônia - Finam.....	-	-	-	-	5.002	30,71	-	-	5.002	0,81
Companhia Paranaense de Energia - Copel.....	-	-	-	-	4.949	30,39	644	12,50	5.593	0,91
Bardella S.A. - Indústrias Mecânicas.....	-	-	-	-	1.046	6,42	644	12,50	1.690	0,27
CESP - Companhia Energética de São Paulo.....	-	-	-	-	3.043	18,68	644	12,50	3.687	0,60
Furnas Centrais Elétricas S.A.....	-	-	-	-	1.651	10,13	-	-	1.651	0,27
Outros.....	-	-	-	-	598	3,67	3.224	62,50	3.822	0,62
<b>Total</b> .....	<b>359.945</b>	<b>100,00</b>	<b>234.452</b>	<b>100,00</b>	<b>16.289</b>	<b>100,00</b>	<b>5.156</b>	<b>100,00</b>	<b>615.842</b>	<b>100,00</b>

### 13. RESERVA DE CAPITAL - ÁGIO NA EMISSÃO DE AÇÕES

Refere-se basicamente à atualização monetária verificada entre o preço de subscrição da ação até a sua efetiva integralização - R\$ 14.473.

### 14. RECURSOS DESTINADOS PARA AUMENTO DE CAPITAL

Referem-se a recursos aportados pelos acionistas titulares de ações ordinárias da Investco, conforme estabelecido no instrumento particular de acordo de acionistas, assinado em 31 de julho de 1998.

Em 2004 foi aportado o total de R\$ 48.970, tendo sido integralizado ao capital da Companhia o montante de R\$ 80.196. Os saldos de recursos destinados para aumento de capital em 31 de dezembro estão assim representados:

	2004	2003
<b>Acionistas</b>		
CEB Lajeado S.A. - CEBLajeado.....	1.206	2.545
EDP Lajeado Energia S.A.....	2.868	13.197
Paulista Lajeado Energia S.A.....	725	3.340
Rede Lajeado Energia S.A.....	4.700	21.643
<b>Total</b> .....	<b>9.499</b>	<b>40.725</b>

### 15. JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com a Lei nº 9.249/95, a Companhia optou pelo pagamento de juros sobre o capital próprio no valor R\$ 4.536 (R\$ 3.915 líquidos de imposto de renda) para todas as ações preferenciais, correspondentes a R\$ 0,0121 (R\$ 0,0103 líquido de imposto de renda) por ação preferencial classe "R" e R\$ 0,0791 (R\$ 0,0672 líquido de imposto de renda) por ação preferencial classes "A" e "B", calculados sobre as contas do patrimônio líquido. O pagamento será efetuado em data a ser definida pela Assembléia Geral Ordinária, pelo valor líquido. O crédito contábil foi efetuado em 31 de dezembro de 2004 e imputado ao valor do dividendo previsto no Estatuto.

### 16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se encontram integralmente registrados em contas patrimoniais. Essas operações destinam-se a atender às suas necessidades quanto à maximização da rentabilidade dos recursos líquidos de caixa e à captação de recursos necessários para manutenção do capital de giro e suprimento do seu plano de investimentos.

A Administração da Companhia estima que os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos registrados em contas patrimoniais não apresentam diferenças significativas em relação aos valores de mercado.

O valor contábil dos instrumentos referentes aos demais ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado.

#### Risco de crédito

Como garantia do recebimento das parcelas registradas em rendas a receber - arrendamento, as arrendatárias concederam à Companhia os seguintes direitos em garantia do integral

às ações ordinárias será destinado o pagamento de dividendos de 25% do lucro líquido anual.

As ações preferenciais classe "R" serão resgatadas de forma gradativa, sendo 20% após dois anos contados da data de início de operação comercial da primeira máquina, desde que até 31 de dezembro de 2001, e em percentuais anuais de 20% ao ano, devendo o processo de resgate estar concluído até 31 de dezembro de 2007. A Administração da Companhia está em processo de negociação com a Eletrobrás para estabelecer a melhor forma de resgate dessas ações.

Essas ações preferenciais classe "R" poderão ser resgatadas mediante a utilização dos lucros ou reservas da Companhia, sendo que tal resgate poderá efetivar-se com redução ou não do capital social.

A Companhia não apresenta condições legais de iniciar o resgate previsto para 30 de dezembro de 2003, devido à inexistência de lucros e reservas, além de ter de sujeitar-se às condições previstas no Estatuto Social.

Como garantia do resgate, os acionistas titulares de ações ordinárias e a Companhia deram em caução à Eletrobrás 30% dos valores recebíveis representados pelos faturamentos mensais provenientes da comercialização de energia produzida pela UHE Lajeado deduzidos dos encargos setoriais e tributos incidentes sobre aquelas receitas.

Até 31 de dezembro de 2004, foi integralizado o valor total de R\$ 274.468, o qual inclui R\$ 12.468 que foram destinados à reserva de ágio na subscrição de ações. Sobre o valor integralizado incidem variação monetária pelo IGP-M e juros decrescentes, conforme estágio da usina, variando de 18,5% a 12% ao ano. O valor do resgate, incluindo os encargos, está estimado em R\$ 951.331 em 31 de dezembro de 2004.

Acionistas	Em milhares de ações									
	ON	%	PNR	%	PNA	%	PNB	%	Total	%
CEB Lajeado S.A. - CEBLajeado.....	71.989	20,00	-	-	-	-	-	-	71.989	11,69
EDP Lajeado Energia S.A.....	99.529	27,65	-	-	-	-	-	-	99.529	16,16
Paulista Lajeado Energia S.A.....	25.196	7,00	-	-	-	-	-	-	25.196	4,09
Rede Lajeado Energia S.A.....	163.231	45,35	-	-	-	-	-	-	163.231	26,51
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás.....	-	-	234.452	100,00	-	-	-	-	234.452	38,07
Fundos de Investimentos da Amazônia - Finam.....	-	-	-	-	5.002	30,71	-	-	5.002	0,81
Companhia Paranaense de Energia - Copel.....	-	-	-	-	4.949	30,39	644	12,50	5.593	0,91
Bardella S.A. - Indústrias Mecânicas.....	-	-	-	-	1.046	6,42	644	12,50	1.690	0,27
CESP - Companhia Energética de São Paulo.....	-	-	-	-	3.043	18,68	644	12,50	3.687	0,60
Furnas Centrais Elétricas S.A.....	-	-	-	-	1.651	10,13	-	-	1.651	0,27
Outros.....	-	-	-	-	598	3,67	3.224	62,50	3.822	0,62
<b>Total</b> .....	<b>359.945</b>	<b>100,00</b>	<b>234.452</b>	<b>100,00</b>	<b>16.289</b>	<b>100,00</b>	<b>5.156</b>	<b>100,00</b>	<b>615.842</b>	<b>100,00</b>

cumprimento de todas as suas obrigações decorrentes do contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 5):

a) direitos emergentes da concessão; e

b) os direitos decorrentes dos contratos de compra e venda de energia e parte de receitas decorrentes da comercialização da energia gerada pela usina.

### 17. SEGUROS

O patrimônio, conforme a sua natureza e grau de risco, e de acordo com a política da Companhia, é coberto por apólices de seguro, renovadas anualmente. A especificação por modalidade e data de vencimento está demonstrada a seguir:

Risco	Data de vencimento	Importância segurada R\$	Prêmio R\$
Risco operacional - todos os riscos - Cláusula IRB	01/01/06	232.791	2.980
Responsabilidade civil geral	31/07/05	20.000	29
Auto/RCF - veículos	10/08/05	804	8
Vida em grupo - funcionários	31/12/05	1.279	-

### 18. CRÉDITOS FISCAIS

Em 31 de dezembro de 2004, a Companhia possuía o montante de R\$ 51.061, relativo a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e provisões temporariamente não dedutíveis no montante de R\$ 7.313. Não foi constituído imposto de renda diferido sobre esses valores.

### 19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia responde a ações judiciais geradas à época da construção da usina, relacionadas à proteção, recuperação ou compensação ambiental e à reparação de impactos socioeconômicos. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para as causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável, como segue:

	2004
	R\$
Desapropriações.....	4.935
Indenizações.....	1.200
Trabalhistas.....	1.068
Outras.....	110
<b>Total</b> .....	<b>7.313</b>

Essa provisão foi registrada no passivo circulante tendo como contrapartida o ativo imobilizado. A Administração da Companhia, baseada em pareceres de seus assessores legais, entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisão suficiente em suas demonstrações contábeis ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

# INVESTCO S.A.

CNPJ/MF nº 00.644.907/0001-93  
Companhia Aberta

## 20. NOVO MODELO DO SETOR ELÉTRICO

O Ministério das Minas e Energia - MME apresentou no final de 2003 as bases para uma ampla reforma institucional no setor elétrico brasileiro. As principais alterações no ambiente institucional foram definidas por meio da edição das Medidas Provisórias nº 144 e nº 145, as quais se reverteram nas Leis nº 10.847/04 e nº 10.848/04, tendo sido a Lei nº 10.848/04 regulamentada pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004.

O novo arranjo setorial tem como objetivo garantir a segurança no abastecimento de energia elétrica, promover a modicidade tarifária e acima de tudo criar um marco regulatório estável, com uma clara definição das funções e atribuições dos agentes institucionais.

Em resumo, as principais mudanças no âmbito institucional foram as seguintes:

**a)** Transferência do Poder Concedente e de diversas outras atribuições atualmente delegadas à ANEEL para o MME, em que fica claro o papel do MME enquanto órgão mandatário da União.

**b)** A criação de três novos organismos, que, em resumo, centralizarão nas mãos do Executivo Federal o planejamento e o monitoramento da expansão da geração e da transmissão, além da administração do mercado, quais sejam:

- Empresa de Pesquisa Energética - EPE.
- Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE.
- Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

**c)** A definição de novas regras para a comercialização de energia elétrica entre os agentes participantes do mercado, entre as quais destacamos:

- A expansão da oferta de energia elétrica por meio de competição (licitação de novos projetos de geração, com a celebração de contratos bilaterais de venda de energia elétrica de longo prazo, em que a licença ambiental será dada previamente ao leilão do empreendimento, reduzindo substancialmente os riscos do investidor).

- A coexistência de dois ambientes de contratação: Ambiente de Contratação Regulado - ACR, no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica envolvendo as distribuidoras, e Ambiente de Contratação Livre - ACL, no qual as operações de compra e venda são livremente negociadas.

- A orientação da atividade de distribuição somente para o serviço de rede e venda de energia elétrica para consumidores cativos, com a obrigatoriedade de atendimento de 100% de seus requisitos de energia elétrica.

- Obrigação de lastro físico para os agentes de geração, a serem definidos pelo MME.

- A proibição do "self-dealing", ou seja, a contratação de energia elétrica entre partes relacionadas.

- Novas regras gerais para o tratamento da migração e a retratação de consumidores livres.

**d)** Reforço das funções de regulação, fiscalização e mediação da ANEEL, além de organização das funções de planejamento da expansão, de operação e de comercialização.

Observa-se, entretanto, que uma grande quantidade de matérias ainda depende de regulamentação infralegal, decretos, portarias ou resoluções, tanto no que tange às questões da Lei nº 10.847/04 e Lei nº 10.848/04 quanto com relação ao próprio Decreto nº 5.163/04.

Através da Lei nº 10.848/04, foi estabelecido que as distribuidoras de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional deverão garantir o fornecimento de energia à totalidade de seu mercado mediante contratação regulada, através de licitação, cabendo à ANEEL a realização e regulação das licitações, diretamente ou por intermédio da CCEE.

Nesse sentido, através do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e da Resolução Normativa ANEEL nº 110, de 3 de novembro de 2004, foi regulamentado o Leilão de Energia Elétrica de Empreendimentos Existentes, que define a declaração prévia ao MME, pelas distribuidoras, do montante de compra de energia necessária ao atendimento de seus mercados.

Dessa forma, foi realizado em 7 de dezembro de 2004, pela CCEE, o Leilão de Energia de Empreendimentos Existentes, a fim de suprir as necessidades declaradas pelas distribuidoras para o abastecimento de seus mercados em 2005, 2006 e 2007. Os contratos com início nesses períodos terão vigência de oito anos. Para início de suprimento em 2008 e 2009 está prevista a realização de novos leilões no primeiro trimestre de 2005.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**JORGE QUEIROZ DE MORAES JUNIOR**

Presidente

**ROGÉRIO VILLAS BOAS TEIXEIRA DE CARVALHO**

Conselheiro Efetivo

**CUSTÓDIO ALEXANDRE ROUXINOL MIGUÉNS**

Conselheiro Efetivo

**MAURO RAMOS MASSA**

Conselheiro Efetivo

## DIRETORIA

**JORGE QUEIROZ DE MORAES JUNIOR**

Diretor Presidente

**JOSÉ EDUARDO COSTANZO**

Diretor Vice-Presidente Executivo

**ANTÔNIO NUNES CÂNDIDO DA SILVA**

Diretor Vice-Presidente de Controle

**ANDERSON RODRIGUES BOTELHO**

Diretor Vice-Presidente

**STELLA MARIS MOREIRA FUÃO**

Diretora Vice-Presidente

**CARMEM CAMPOS PEREIRA**

Diretora Administrativa e Financeira e de Relação com Investidores

**JOSÉ MANUEL DE MOURA LOPES ALVES**

indicado para Diretor Gerente

**CARLOS SOUZA BARROS DE CARVALHOSA**

Diretor de Investimentos Incentivados

**Luciano Alves Marques**

Contador - CRC 1 SP 154818/O-1 S-TO

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

"Nós membros do Conselho Fiscal da Investco S.A., com base no Parecer dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, e, tendo examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, encerrados em 31 de dezembro de 2004, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, bem como o Relatório da Administração, concluímos que as peças refletem adequadamente a situação econômica e financeira da Companhia, e, assim, consideramos que tais peças podem ser submetidas aos Srs. Acionistas para sua aprovação em Assembléia Geral."

## CONSELHO FISCAL

São Paulo, 09 de março de 2005

**ANTONIO CARLOS DE PAULA**

Conselheiro Efetivo

**AUGUSTO EVANGELISTA DOS SANTOS FILHO**

Conselheiro Efetivo

**WILSON SOARES DOS SANTOS**

Conselheiro Efetivo

**CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA**

Conselheiro Efetivo

**EDUARDO SOARES**

Conselheiro Efetivo

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da

**Investco S.A.**

**Palmas - TO**

**1.** Examinamos os balanços patrimoniais da Investco S.A., levantados em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

**2.** Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**3.** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Investco S.A. em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 4 de fevereiro de 2005

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

**Altair Tadeu Rossato**

Contador

CRC nº 1 SP 182515/O-5 S/TO

**Deloitte.**